



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2023 (Da Sra. Maria Arraes)

Apresentação: 20/06/2023 14:51:46.067 - MESA

RIC n.1731/2023

Requer informação ao Ministério da Fazenda sobre eventual impacto da Reforma Tributária no orçamento da Cultura.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), esta parlamentar propõe requerimento de informação ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre o eventual impacto da Reforma Tributária no orçamento da Cultura.

Nesse sentido, solicitamos respostas aos seguintes questionamentos:

- 1) Qual o posicionamento do Ministério quanto à permanência dos benefícios tributários para o setor cultural?
- 2) Qual é o plano do governo para rever os benefícios tributários, em especial os que envolvem o financiamento da cultura?
- 3) Como está sendo tratada a situação do setor cultural na Reforma Tributária pelo ministério?
- 4) O Ministério possui estudos e prognóstico acerca do fim dos benefícios ao setor cultural? Se forem encerrados tais benefícios, o governo já possui a solução para manter a política pública da cultura, inclusive transformando-a em política de estado?



* C D 2 3 8 9 8 1 6 0 8 5 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Este requerimento trata de pedido de informação acerca do eventual impacto da Reforma Tributária no orçamento da Cultura.

Em abril, o Ministro da Fazenda disse que vai acabar com a “caixa-preta” dos benefícios fiscais para aumentar a arrecadação¹. Contudo, em relação à Cultura, os valores são explícitos e estão norteados por leis e regras. Na verdade, são inferiores ao que se entende por necessário para cumprir os comandos constitucionais acerca do direito de acesso à cultura.

Vale ressaltar que a importância da Reforma Tributária é um consenso entre todos e a apresentação do relatório pelo Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados contendo a eliminação de tributos, a simplificação e a correção de desequilíbrios fortalece a discussão. No entanto, a política pública voltada à cidadania cultural não pode ser prejudicada, foram anos de lutas para que o setor fosse visto e valorizado e cada conquista é preciosa. Nesse sentido, devemos defender os direitos culturais através do acesso do cidadão ao usufruto de bens simbólicos e à provisão de recursos para que se possa “produzir cultura” como sujeito ativo da ação cultural.

Cabe lembrar que as últimas medidas desse Parlamento foram de socorro ao setor, como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. É preciso fazer mais e no sentido de estabelecer uma política mais perene e estável, com previsão de recursos financeiros, institucionalização e projetos sociais. A manutenção dos aportes financeiros da Cultura é primordial, e a Reforma Tributária deve ser realizada tendo isso em vista.

Dessa forma, percebe-se que os recursos investidos são potencializados por iniciativas dos entes federados e, para defender a política

1 G1. No Senado, Haddad defende abrir 'caixa-preta' de benefícios fiscais para aumentar arrecadação. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/27/no-senado-haddad-defende-abrir-caixa-preta-de-beneficios-fiscais-para-aumentar-arrecadacao.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

pública voltada para a cultura, e para alertar o Governo Federal no sentido de observar esse impacto, pedimos o encaminhamento do presente requerimento.

Sala das Sessões, de de 2023.

Deputada Federal MARIA ARRAES

Solidariedade/PE

Apresentação: 20/06/2023 14:51:46.067 - MESA

RIC n.1731/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Arraes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238981608500>



* CD 238981608500 *